

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO S&D SOBRE A AMÉRICA LATINA

Nós, membros da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, por ocasião do dia da América Latina, reafirmando as afinidades políticas, históricas e culturais de longa data com os povos da América Latina, e a visão partilhada de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva, e reconhecendo os nossos desafios comuns com os progressistas latino americanos:

1. Reconhecemos o facto de a América Latina ter sido um dos continentes mais duramente atingidos pelos efeitos devastadores da pandemia, em particular a sua população mais vulnerável, incluindo a grave perda de vidas, a contração profunda da atividade económica, o agravamento das desigualdades e o aumento crescente da pressão sobre o sistema democrático da região; manifestamos a mais profunda solidariedade e apresentamos as nossas condolências a todas as pessoas afetadas pela pandemia.

2. Manifestamos um forte apoio ao aprofundamento da integração política, económica e social da América Latina, incluindo a nível sub-regional. Isto adquire particular relevância num mundo cada vez mais marcado por relações e rivalidades multifacetadas entre os três grandes blocos económicos: a União Europeia, os Estados Unidos e a China. Só uma América Latina integrada, com uma voz única e unida, com o peso dos recursos naturais e do capital humano da região, terá uma presença forte e soberana no ambiente global em mutação; apoia firmemente, por conseguinte, todos os progressos concretos no sentido de uma verdadeira União Latino Americana e apela à revitalização das Cimeiras EU-CELAC; assinala o papel da Assembleia Parlamentar EUROLAT como um elemento-chave na diplomacia parlamentar.

3. Apoiamos e promovemos ativamente uma cooperação multilateral eficaz como única resposta realista aos múltiplos desafios globais, tais como as alterações climáticas, as pandemias, os crimes financeiros, o combate às desigualdades e à exclusão, etc. Como progressistas, rejeitamos firmemente os reflexos nacionalistas que tentam resolver os complexos desafios com medidas isolacionistas viradas para o interior. Esta abordagem inclui uma reforma das instituições multilaterais existentes, tais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, entre outras, que devem refletir as mudanças geopolíticas que estão a ocorrer no mundo e refletir devidamente as vozes da América Latina.

4. Temos a firme convicção de que a erradicação da pobreza é uma das principais prioridades das sociedades latino americanas. O combate às desigualdades e à exclusão deve constituir a espinha dorsal dos programas das forças progressistas na Europa e na América Latina e da cooperação entre as mesmas. As forças socialistas e sociais democratas devem ser capazes de oferecer plataformas atraentes em torno das quais se possam construir amplas coligações progressistas com intervenientes sociais e políticos que partilhem a nossa principal preocupação com a justiça social.

5. Estamos plenamente convictos de que uma ordem orçamental global justa é indispensável para capacitar os Estados e os governos latino americanos a prosseguirem políticas progressistas e redistributivas. A promoção da coesão social e da justiça só será viável se for adequadamente dotada de recursos financeiros. Uma boa governação financeira mundial é um bem público na medida em que a ausência de justiça social conduz à erosão da estabilidade, dos valores democráticos, dos direitos humanos, da boa governação e das liberdades individuais, e aumenta a probabilidade de conflitos internacionais.

6. Consideramos que todos os acordos comerciais entre a UE e projetos de integração regional na América Latina devem prever um estrito respeito dos direitos humanos, laborais, ambientais e sociais, incluindo os dos povos indígenas, e servir o objetivo de reduzir as desigualdades na América Latina; apoiamos firmemente a finalização da renovação dos acordos com o México e com o Chile e incentivamos à participação dos intervenientes da sociedade civil dos países da UE e do Mercosul, a fim de encontrar as disposições necessárias para assegurar a futura assinatura e ratificação do acordo UE Mercosul, quando os governos da região se comprometerem verdadeiramente com fortes políticas ambientais.

7. Reafirmamos o forte empenho em trabalhar em conjunto com os parceiros latino americanos na aplicação efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 como um roteiro para o progresso sustentável do ponto de vista social e ambiental, bem como na cooperação para uma transição digital que não deixe ninguém para trás.

8. Consideramos que os progressistas latino americanos são aliados naturais nossos no que toca à promoção dos direitos humanos, das liberdades cívicas e da justiça racial e de género. O feminismo é uma das características distintivas dos progressistas e a igualdade de género é uma das principais prioridades. Vários países da América Latina fizeram progressos inspiradores no sentido da emancipação das mulheres, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva e dos direitos das pessoas LGBTQI. O alargamento dos direitos e das liberdades é uma parte indispensável da identidade progressista. O mesmo acontece com o direito à dignidade, à intimidade e à privacidade de todos os seres humanos. Os progressistas latino americanos são aliados naturais nossos no que toca à luta por uma regulamentação sólida em matéria de proteção de dados.

9. Rejeitamos firmemente a imposição de sanções económicas unilaterais com um efeito extraterritorial com o objetivo de alterar o regime em vários países da América Latina. Embora aparentemente procurem enfraquecer regimes autoritários, como os de Cuba e da Venezuela, essas sanções apenas castigam a população civil, sujeitando-a a uma dupla opressão pelos seus próprios dirigentes e pelas potências estrangeiras. Essas políticas de pressão estão a ter um impacto particularmente nocivo durante a pandemia. Os progressistas devem trabalhar em prol da democracia, direitos humanos, Estado de direito e luta contra a corrupção em todos os países da América Latina e apoiar sanções específicas contra violadores dos direitos humanos, denunciando e opondo-se ao mesmo tempo a sanções económicas abrangentes que mais não fazem do que prejudicar a população.

10. Denunciamos o uso de dois pesos e de duas medidas e a politização dos direitos humanos pela direita política tanto na América Latina como na Europa; condenamos veementemente as tentativas do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de minar as instituições democráticas do país com políticas que alimentam o ódio e a divisão, bem como os crimes dos grupos paramilitares de extrema direita e a recusa da extrema direita em aceitar a legitimidade das vitórias eleitorais da esquerda noutros países da América Latina; ao mesmo tempo, condenamos fortemente as violações dos direitos humanos em Cuba, na Venezuela e na Nicarágua; reiteramos o nosso apelo à luta contra a impunidade e as políticas que alimentam a polarização e a exclusão; apoiamos fortemente a implementação do Acordo de Paz na Colômbia.